

Crise, sacrifício, oportunidade

Roberto Mangabeira Unger

Na semana passada, discuti a situação brasileira com participantes nos mercados financeiros nos Estados Unidos. Resumo em seguida as conclusões dessas conversas e a mensagem que procurei transmitir.

Há ciclos de liquidez na economia mundial. Quando sobra dinheiro fácil, todas as estratégias nacionais parecem boas. O teste vem quando, como agora, começa a sumir o capital. O erro econômico mais grave do atual governo foi ter deixado o crescimento brasileiro vulnerável, porque dependente de financiamento externo.

O traço mais notável da nossa economia é sua vitalidade, sufocada por três ônus. O juro real é maior do que a taxa média de retorno aos negócios. Mais da metade da população adulta está na informalidade. E os empreendedores emergentes continuam bloqueados no acesso aos recursos de que precisam, sobretudo o crédito.

O restabelecimento da confiança financeira é condição necessária mas não suficiente para retomar o crescimento. Temos de juntar a ele outra agenda, orientada à economia real.

A agenda da confiança financeira tem de pautar-se pelo sacrifício nacional. A começar pela necessidade de manter e até de aprofundar o excedente fiscal que nos comprometemos com o FMI a gerar. O sacrifício tem de ser legitimado pela ampliação do acesso a oportunidades econômicas e educativas. O resto é relativamente fácil: manter o câmbio flutuante; insistir em política anti-inflacionária intransigente, embora levando em conta o nível de atividade na economia (o que não implica o erro crasso de supor que haja relação inversa entre desemprego e inflação); substituir o orçamento indicativo que ainda temos por orçamento impositivo, diminuindo o gasto corrente e aumentando o investimento, e fortalecer a autonomia do Banco Central. Para isso, é preciso impedir o Banco Central de representar os interesses do oligopólio bancário.

A agenda da economia real passa por quatro conjuntos de iniciativas. Simplificar o sistema tributário, desonerando a produção. Organizar a transição para um regime previdenciário que estimule a poupança privada e reverta a despoupança pública. Desenvolver mecanismos institucionais, como o mercado hipotecário, que canalizem a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo. E superar os obstáculos, internos e externos, a nossa integração competitiva na economia mundial. Combinadas com a agenda da confiança financeira, essas iniciativas nos permitiriam melhorar o custo, o perfil e os prazos da dívida pública interna. Disso tudo, e só disso, virão empregos.

Em que troca do quê aceitará o país os sacrifícios exigidos tanto pelo restabelecimento da confiança quanto pela retomada do crescimento? Em troca de avanços em direção à democratização das oportunidades. Unificar os mercados formal e informal de trabalho, abolindo os encargos sobre a folha salarial. Usar os poderes do Estado para democratizar o acesso ao crédito e à tecnologia e para abrir caminho ao mercado. E construir ensino público de qualidade, que capacite os alunos e valorize os professores.

Para executar essa obra, é preciso formar base política ampla, reconciliar práticas de negociação e de mobilização e instituir regime de partidos fortes. `as condições políticas acrescentam-se as morais. Clareza e coragem precisam vir aliadas a serenidade, despojamento e tolerância. Tarefa difícil, mas viável. Os financistas de Nova Iorque compreendem tudo isso melhor do que algumas pessoas no Brasil.

Roberto Mangabeira Unger escreve às terças-feiras nessa coluna.
www.idj.org.br